



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LEITURA COMUNITÁRIA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

Adilson de Souza Moreira¹

Um retrospecto da conquista

Para entender a participação das mulheres, no momento atual, necessita-se fazer um retrospecto das lutas empreendidas para se chegar a esta conquista. A participação das mulheres nos instrumentos de política pública resulta das conquistas cidadãs, que remonta historicamente à reivindicação das categorias “subalternas” à este direito, estando diretamente vinculada ao acesso à educação², paulatinamente conquistado pelas mulheres, emergindo, a partir daí, a consciência da sua igualdade de direitos, instrumento controlado pelas classes dominantes para manter a submissão das classes dominadas, mulheres, trabalhadores e iletrados. Condição voltada à proteção do direito de propriedade³ desde as concepções da “democracia” Greco-romana e garantida, até os dias atuais, com o Estado burgues, o qual, segundo Marx e Engels (2005: 114), “é a forma de organização que os burgueses constituem pela necessidade de garantirem mutuamente a sua propriedade e seus interesses”.

As lutas populares empreendidas com o advento da revolução industrial e, conseqüentemente, as revoluções burguesas, a partir do século XVII (revoluções inglesa, Francesa), bem como os inúmeros movimentos de independência das colônias, resultaram em Cartas Magnas para a regulação dos direitos individuais e coletivos, principalmente o direito ao voto, gradativamente conquistado pelas categorias sociais subalternas. Neste contexto em que Hobsbawm (1979) denominou de a “era das revoluções”, surgiram os princípios da consciência de direitos e, conseqüentemente, as conquistas cidadãs, as quais pode-se dizer que constitui-se na maior de todas as revoluções⁴. Entrementes é o exercício da participação política, nas instâncias da esfera pública que efetiva a democracia, enquanto manifestação dos interesses coletivos.

¹Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail : aram.geo@hotmail.com

²No Brasil, Segundo Teles (1993: 13), na metade do século XIX, algumas mulheres começaram a reivindicar por seu direito à educação. O ensino proposto, só admitia meninas à escola de 1º grau, sendo que estudos de grau mais alto eram somente destinados aos meninos. As professoras sempre ganhavam menos.

³A origem da propriedade, segundo Marx e Engels (2005: 41), “reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem”.

⁴Para Marx e Engels (2005: 52), “só uma revolução consegue aniquilar toda a podridão do velho sistema e tornar capaz de fundar a sociedade sob novas bases”. Ainda segundo Marx e Engels (2005: 65), “a classe revolucionária, ao se



Todavia a ação do Estado e das classes dominantes sempre convergiram para excluir a sociedade civil⁵, principalmente as classes populares e suas formas de representação da tomada de decisão, acerca das políticas públicas. Uma reação lógica, pois segundo Castells (1973: 10), são “os movimentos sociais urbanos, e não as instituições de planificação, os verdadeiros impulsionadores de mudança e de inovação da cidade”.

A conquista do direito às mulheres de serem eleitas e elegerem seus representantes, através do voto, apresenta ao longo da história algumas peculiaridades que caracterizam a sua importância enquanto instrumento de controle social e político. O voto feminino foi instituído nos Estados Unidos somente em 1920. Na Inglaterra, por sua vez, só ocorreria em 1928. Na França, embora “a declaração dos direitos do homem e do cidadão” seja de 1879, apesar das inúmeras lutas, desde então, o voto feminino foi alcançado somente em 1945. No Brasil a “revolução burguesa”, a qual segundo Ianni (1979: 13), consolidou-se com o movimento revolucionário de 1930, traria a discussão para a extensão deste direito ao universo feminino. Finalmente o Código Eleitoral de 1932 instituiu o voto feminino e o direito de serem votadas, promulgado na Constituição de 1934⁶.

A participação política, independentemente de classe social, gênero ou condição de instrução, seria contemplada na Constituição Federal de 1988. O artigo 182, que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana, foi regulamentado em julho de 2001 e recebeu a denominação de Estatuto da Cidade. Este instrumento insere a participação cidadã no Capítulo IV, que trata da Gestão Democrática da Cidade, em seu Artigo 43, inciso IV, que garante “a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

A participação no processo de elaboração do Plano Diretor está explícita no Estatuto da Cidade em seu Cap. III, art.40, onde institui no Parágrafo 4º, inciso I, “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade”

Em Florianópolis, diante da pressão dos movimentos sociais e da urgência do poder público, em junho de 2006 o poder executivo municipal tomou a iniciativa de iniciar o processo

defrontar com uma outra classe, surge- nos não como classe, mas como representante de toda a sociedade frente à única classe, a dominante”.

⁵Segundo Marx e Engels (2005: 111), “o termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já se tinham desembaraçado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil como tal, só se desenvolve com a burguesia”.

⁶Em Santa Catarina uma mulher negra e filha de lavadeira, Antonieta de Barros, consagraria-se a “primeira Deputada negra do Brasil, nas legislaturas de 1935/37 (constituente) e 1947/51” (Jornal A Notícia, Anexo: “Para sempre Antonieta”, 26/01/2001).



participativo, pois o prazo para a elaboração do Plano Diretor era outubro de 2006⁷, a partir daí o prefeito poderia ser processado por improbidade administrativa, podendo incorrer na perda do mandato.

2 O Plano Diretor Participativo de Florianópolis

Composto por doze (12) distritos concentrados na Ilha, sendo que um deles, o Distrito-Sede, incorpora também a área continental, o município de Florianópolis na contagem do IBGE, no ano de 2009, apontou para uma estimativa populacional de 408.161 habitantes. A cidade tem seu perímetro urbano caracterizado por um padrão de urbanização com diversos núcleos espalhados pelo seu território, formando um polinucleamento urbano⁸. O desenvolvimento destes núcleos, o estabelecimento das relações entre os novos moradores e a população tradicional, aliados aos problemas comuns vivenciados em todas estas áreas, relacionados à questão das demandas urbanas e a preservação dos espaços naturais, estabeleceu uma relação de união que permitiu junto a outros fatores, através dos movimentos, sócio-comunitário e ambiental, buscarem soluções às reivindicações.

O Plano Diretor em discussão propõe-se a integrar todos os distritos que compõem o território municipal em um único Plano Diretor, a ser elaborado a partir do princípio da participação da sociedade; distinguindo-se da forma atual, isolada ou fragmentada, com a existência de dois Planos Diretores concebidos em gabinete para integrar o território⁹. A grande diferença do plano pretendido está na participação dos cidadãos (ãs) e dos distintos segmentos organizados que representam a sociedade.

Os trabalhos foram iniciados, formalmente, em agosto de 2006, com a realização da audiência pública municipal de constituição do Núcleo Gestor do Plano Diretor. O passo seguinte

⁷Resolução CONCIDADES 34/05- d) que o prazo de cinco anos para atender a obrigação legal de elaboração ou adequação de planos diretores, fixado pelo art. 50 do Estatuto da Cidade, esgota-se no dia 10 de outubro de 2006;

⁸Núcleo urbano são as zonas urbanas já consolidadas e com alto grau de interesse pela presença de patrimônio e níveis aceitáveis de sustentabilidade, que constituem também centralidades para a articulação da vida urbana no território. (IPUF, 2008: 18).

⁹Atualmente o município possui dois Planos Diretores que integram todo o seu território, O Plano Diretor do Distrito-Sede (Lei 001/97) e o Plano Diretor dos Balneários e interior da ilha (Lei 2193/85).



foi a oficialização da escolha dos representantes dos segmentos sociais¹⁰, setor público e das bases distritais¹¹, os quais foram homologados por decreto municipal em março de 2007.

As mulheres destacariam-se, entre as representações distritais eleitas em 2006, em audiências públicas, pela dinâmica atuação das representantes eleitas pelos Distritos do Campeche¹² e Ribeirão da Ilha, bem como as atuações das suplentes de Ingleses e Continente. As inúmeras comissões em que participaram, intermediação de conflitos e a condução dos trabalhos em seus distritos imprimiram a marca do comando da leitura comunitária capitaneada pelas lideranças femininas. As mesmas comandaram a programação dos eventos distritais (fóruns, seminários, oficinas e reuniões de programação), promovendo uma média de cinquenta (50) eventos por distrito.

Encontramos mulheres representantes na representação do Movimento sócio-comunitário com a suplente do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias), Associação dos Amigos do Estreito e as duas suplências no Movimento ambientalista. Pelo Movimento de Mobilidade e Acessibilidade ocuparam tanto a titularidade, quanto a suplência.

O Poder Público apresentou como suplente à presidência do PDP a Diretora de Planejamento do IPUF, sempre presente nas reuniões e assumindo a presidência e o comando das mesmas em diversos momentos. A Suplente da Secretária de Educação substituiu o Secretário na maior parte das sessões; também teve ativa participação a suplente da Comcap. A equipe administrativa do IPUF, composta em sua ampla maioria por mulheres, conduziram a organização do processo, tanto na assessoria jurídica, quanto na superintendência administrativa e financeira, bem como, cabe destacar, o trabalho de organização executado pelas secretárias do IPUF e as secretárias executivas deslocadas para trabalhar nos Núcleos Distritais.

¹⁰Por segmentos sociais compreende-se os diversos movimentos sociais, as associações comunitárias, ambientalistas, entidades sindicais, empresariais, acadêmicas, profissionais, Conselhos, enfim as entidades de representação dos mais diversificados grupos da sociedade. (MOREIRA, 2009)

¹¹Nas eleições dos Delegados Distritais, nos Distritos em que havia uma discussão anterior e, conseqüente organização do movimento Sócio-Comunitário, a realização do evento se deu de forma mais organizada e objetiva. (MOREIRA, 2009)

¹²O Movimento Campeche, antecipando o processo, elegeu em 23 de setembro de 2006 a sua representante distrital e os suplentes. As Audiências Públicas Distritais oficiais para a eleição dos representantes ocorreram oficialmente entre 23/11/06 e 14/12/06, onde foi ratificada a eleição dos representantes supracitados, eleitos na Audiência comunitária. (MOREIRA, 2009)



As reuniões do NG ocorreram entre Setembro de 2006¹³ e Dezembro de 2008, quando então os trabalhos foram suspensos de forma autoritária pelo executivo municipal¹⁴. Desde então os encontros passaram a ocorrer por convocação extra-ordinária dos seus membros auto-convocados.

O processo de elaboração do PDP consiste na realização de uma leitura comunitária coordenada pelo IPUF e NG, sendo comandada nos distritos pelos Núcleos Distritais (ND) e incorporando propostas elaboradas pelos distintos segmentos organizados da sociedade. A leitura técnica que, a princípio, deveria ser fundamentada na leitura comunitária, convergiria para a elaboração e a definição de princípios, diretrizes de desenvolvimento a serem expressas em um mapa de macrozoneamento, cuja proposta seria encaminhada à câmara para apreciação e aprovação.

Para a construção deste processo fazia-se necessário cumprir algumas etapas, às quais foi imprescindível a qualificada contribuição das mulheres.

2.1 Algumas contribuições das Mulheres

Para entender melhor a participação das mulheres em pontos cruciais para o desenvolvimento dos trabalhos da leitura comunitária, destacaremos algumas intervenções das representantes dos distintos segmentos durante o processo.

2.1.1 Infra-estrutura dos Núcleos Distritais

A importância das mulheres à frente da organização do processo, principalmente nos distritos, foi fundamental na operacionalização das bases, fato que pode ser constatado pela requisição de uma infra-estrutura para a leitura e a capacitação comunitária encaminhada pela representante do Campeche, onde solicitou, em nome de onze titulares distritais, suporte para os distritos¹⁵, proporcionando uma estrutura mínima para a realização dos trabalhos¹⁶. Mesmo assim,

¹³Conforme consta em Ata da **Primeira Reunião** de 14 de Setembro de 2006 do Núcleo Gestor, “estavam presentes os representantes, até então, já constituídos para discutir a continuidade do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo”. (Ata da Reunião do NG)

¹⁴ O Presidente do NG comunicou ao conjunto dos representantes que: “Tendo em vista a apresentação de documento por parte de alguns representantes do NG, o que está a demandar uma detida avaliação, tanto de sua natureza legal, política e administrativa, ao mesmo tempo em que propõe uma nova condução do Plano Diretor Participativo da Capital, a **Coordenação do NG decide suspender seus trabalhos** até a conclusão do mencionado estudo que deverá ser submetido ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para sua avaliação” . (IPUF, 2008, Ofício aos membros do NG)

¹⁵ A representante distrital do Campeche solicitou de forma oficial e com urgência, entre outros: suporte operacional; adaptação de um centro de referência distrital; móveis; mapas temáticos; telefones, computador com acesso à internet e impressora; suporte logístico; uma Cartilha com linguagem popular; página na Internet com as informações do Plano Diretor e, participação dos técnicos para acompanharem as reuniões distritais (Ata da reunião do NG de 08 de Fevereiro de 2007).



ainda faltou instrumentalizar os ND com informações, tal qual o geoprocessamento¹⁷. Todas as representantes e suplentes, atuantes no PDP, tiveram atuação na conquista desta infra-estrutura.

2.1.2 Definição sobre a “cartilha do PDP”

A Cartilha, principal instrumento de divulgação, só foi disponibilizada em março de 2008, um ano e meio para a elaboração e distribuição, chegando à população quando a leitura comunitária já havia sido concluída, uma demonstração clara da falta de compromisso do poder público municipal, comprometendo o processo participativo. Atuaram ativamente para a viabilização da Cartilha as suplentes do movimento ambientalista, distrito de ingleses, mobilidade e acessibilidade, bem como as funcionárias do IPUF.

2.1.3 Comissão de água e saneamento

Nesta comissão empenharam-se, entre as representantes, a distrital do Ribeirão da ilha, principalmente com a questão relativa a qualidade da água e os reflexos desta na maricultura. Também teve significativa participação a suplente de ingleses que levantou a grave situação do abastecimento de água do Norte da ilha, a suplente do movimento ambientalista atuou propositivamente em relação ao gerenciamento costeiro. Cabe destacar, também a atuação das representantes do Fórum do Maciço e UFECO.

2.1.4 Defesa e licenciamento de obras

O Núcleo Gestor encaminhou um projeto de lei à Câmara de Vereadores estendendo o “defeso” do Itacorubi¹⁸ para toda a cidade, entretanto o mesmo jamais foi votado. Esta questão estava no centro do processo, tendo em vista que incorria no fato de se fazer a leitura da cidade e, ao se concluir a mesma, o cenário já estaria alterado. As mulheres representadas no NG apresentaram, todas, posição favorável ao defeso.

¹⁶Na Reunião do NG de 14 de junho de 2007 superintendência administrativa e financeira informaria aos presentes que as Secretárias irão aos locais indicados pelos representantes para realização de vistoria. (Ata da Reunião do NG)

¹⁷Na 10ª Reunião do NG deliberou-se sobre a forma como seria realizada a Base Cartográfica do Município. (Ata da Reunião do NG)

¹⁸Esta questão, juntamente com o licenciamento para grandes obras foi alvo das reuniões desde fevereiro de 2007, neste momento já havia a preocupação com as liberações indevidas de licenças para implantação de empreendimentos de grande porte, culminando na operação “moeda verde”. (Atas das Reuniões do NG)



2.1.5 Conflitos nos núcleos distritais

Ocorreram conflitos nos distritos do Pântano do Sul, Sede-Ilha e Rio Vermelho. Tais conflitos atrasaram as discussões e o encaminhamento do processo. No primeiro caso através de mediação, onde a atuação das representantes do Campeche, Ingleses e Mobilidade e acessibilidade foram fundamentais para o estabelecimento de uma solução, optou-se pela criação de duas bases distritais. No distrito Sede-Ilha a solução apresentada, e apoiada pelas mulheres representantes, para o impasse encontrava-se na divisão do referido distrito em cinco (05) sub-núcleos, porém o protestante optou por dar um encaminhamento judicial à questão. No Rio Vermelho o IPUF resolveria por intervir no ND em busca de uma solução.

2.1.6 Operação Moeda Verde

A Cidade de Florianópolis acordou em 03 de maio de 2007, atônita pelos fatos desencadeados por uma operação da Polícia Federal, denominada “Moeda Verde¹⁹”, a qual se encontrava entre os indiciados o Presidente do NG. As representantes femininas, assim como os demais representantes manifestaram posição favorável à permanência do Presidente, no entanto a representante do Fórum do Maciço foi a única que deu voto contrário à permanência, expondo que “no mês de maio a plenária havia decidido que quem estivesse envolvido com a Moeda Verde seria afastado do Núcleo Gestor, defendendo, assim, o afastamento do mesmo”. (Ata da reunião do NG do dia 25 de outubro de 2007). No entanto o Presidente do NG se manteve até março de 2009.

2.2 Índices de Participação nos eventos do PDP

Após a realização da primeira reunião pública do Plano Diretor Participativo foram realizados uma série de eventos oficiais que tiveram como objetivo colher a leitura, a partir dos distritos. Buscando realizar uma análise da participação das mulheres nestes eventos, a partir das listas de presença, estabelecemos as tabelas a seguir:

¹⁹O esquema de corrupção investigado pela Polícia Federal envolvendo políticos, funcionários públicos e empresários na concessão de licenças ambientais para empreendimentos imobiliários irregulares na Ilha de Santa Catarina, culminando na detenção de 22 suspeitos para investigação e posterior indiciamento. O ato resultou na abertura de CPI na câmara municipal de Florianópolis para investigação dos fatos e o possível envolvimento de outros Vereadores no processo de alteração de zoneamento nos atuais Planos Diretores e licenças ambientais irregulares. (Jornal Diário Catarinense, “Operação frustrada- operação moeda verde um ano depois”, 04/05/2008).



2.2.1 Primeira Reunião Pública do PDP

Evento \ Gênero	Masculino	Feminino	Total
1ª Reunião Pública	82	48	130
Percentual (%)	63%	37%	100%

Fonte: Lista de Presença do Evento

Neste evento ocorrido em 06/07/2006, cujo objetivo estava direcionado à formação do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo (PDP), compareceram em número maior as representações do poder público e membros atuantes do movimento sócio comunitário e ambiental, além das entidades de classe e acadêmicas, devido a pouca divulgação, propagando-se de forma mais ampla pela comunicação em rede articulada pelos movimentos. As representações das associações de moradores compuseram um significativo número de representantes com 38 participantes. Analisando a tabela observa-se que pouco mais de um terço, 37% dos participantes, são do gênero feminino. Todavia o percentual de mulheres presentes deve-se a forte presença das militantes das associações de moradores e ambientalistas.

2.2.2 Audiências Públicas Municipais do PDP

Evento \ Gênero	Masculino	Percentual (%)	Feminino	Percentual (%)	Total
1ª Aud. Púb.	115	64%	64	36%	179
Aud. Púb. Acess.	50	45%	60	55%	110
Aud. Púb. Diret.	249	65%	135	35%	384
Média	138	58%	86	42%	224

Fonte: Lista de Presença do Evento

A primeira audiência, ocorrida em 01/08/2006, foi realizada com o intuito de definir a composição do Núcleo Gestor. A audiência pública de acessibilidade realizada em 05/06/07 contou, diferentemente das outras audiências em análise, com maioria de presentes do gênero feminino. Tal fato justifica-se pela presença de acadêmicas e profissionais voltadas à área da acessibilidade. Na audiência para a apresentação das diretrizes, ocorrida em 03/07/2008, a presença dos representantes do movimento sócio-comunitário e distritais, assim como na primeira audiência, confirma o compromisso com o PDP. Estes segmentos, em especial às associações de moradores e ambientalistas, representam em quase sua totalidade o percentual das mulheres participantes que estavam ali para validar o resultado do trabalho comunitário. Na última audiência, cabe ressaltar que mais da metade dos participantes, em número de 195 presentes, têm por domicílio o distrito Sede-Ilha, que sediou o evento.



2.2.3 Seminário Floripa Real

Dias \ Gênero	Masculino	Percentual(%)	Feminino	Percentual(%)	Total
25 de Julho de 2007	85	55%	70	45%	155
26 de Julho de 2007	80	57%	60	43%	140
27 de Julho de 2007	73	57%	55	43%	128
Média	79	56%	62	44%	141

Fonte: Lista de Presença do Evento

Este evento organizado pelos movimentos sócio- comunitário e ambiental objetivou fornecer subsídios para contribuir com uma abordagem integrada da cidade na construção da leitura comunitária pelas oficinas distritais²⁰. A participação equânime das mulheres, percentual médio de 44%, durante os três dias consecutivos, confirma o engajamento nesta causa.

Considerações Finais

A operacionalização das bases para a leitura comunitária entre todas as contribuições das mulheres para com o processo, com certeza, foi um fator marcante, proporcionando condições para a implantação de uma metodologia. Esta infra-estrutura constituiu-se em um aspecto de extrema relevância na aplicação da metodologia das oficinas comunitárias, bem como à capacitação, repercutindo na qualidade dos resultados obtidos. As bases operacionais, com infra-estrutura adequada, constituíram-se nas células que centralizaram as discussões e decisões.

A participação feminina no processo de leitura comunitária do Plano Diretor Participativo apresentou intervenções essenciais para o bom andamento do processo, assentado na excelente qualificação das representantes dos distintos segmentos, pelo nível de instrução e discernimento nas questões por elas coordenadas.

As mulheres, muito mais do que o homens, são responsáveis pelas demandas cotidianas familiares. Desta forma a proximidade do local de moradia com o evento contribui para a participação. A dificuldade de mobilidade dos distritos para o Centro constitui-se em um desestímulo à participação das comunidades do interior da Ilha. Os índices de presença se devem a mobilização das comunidades em torno das demandas que se mostraram urgentes, face à carência de infra-estrutura urbana das localidades, fator que se deve destacar como significado da participação, enquanto indicador de politização da população.

²⁰ O Floripa Real foi inserido no calendário oficial do Plano Diretor Participativo (PDP) e aprovado em plenária pelo Núcleo Gestor, representando uma contribuição do conjunto dos Movimentos Sociais ao processo de construção do PDP de Florianópolis.



Bibliografia

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Estatuto da Cidade, Lei N° 10.257**. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia: Brasília, IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CONCIDADES – CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES. Comitê Técnico de Planejamento Territorial Urbano, **Resolução nº 34/2005. Emite orientações e recomendações ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, tendo por base o Estatuto das Cidades**. Brasília: 2005.

HOBBSAWM, ERIC. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930- 1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____ - IPUF. **Lei 2.193- Plano Diretor dos Balneários**. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. Florianópolis: IPUF, 1985.

_____ -. IPUF. **Lei 001/97- Plano Diretor do Distrito- Sede**. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e ocupação do solo no Distrito Sede de Florianópolis e dá outras providências. Florianópolis: IPUF, 1997.

_____ - IPUF. **Eventos do Plano Diretor Participativo, 2006, 2007, 2008. Atas**. Florianópolis: Núcleo Gestor Municipal.

_____ - IPUF. **Plano Diretor Participativo – Documento Leitura Integrada da Cidade**. Florianópolis: 2008. Disponível em: www.planodiretorfloripa.sc.gov.br/final-leitura-integrada-da-cidade.pdf. Acesso realizado em 27/03/09.

Jornal A Notícia . **Para Sempre Antonieta**. 26 de janeiro de 2001. Anexo.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã- Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2005.

MOREIRA, Adilson de Souza. **O Processo Participativo no Plano Diretor- Estudo de Caso: Campeche/ Florianópolis, SC- Brasil**. 245 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio Ambiental)- Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PEREIRA, Moacir. Operação frustrada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04 maio 2008. Sessão Visor.



REUNIÕES DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, 2006, 2007, 2008, Florianópolis. **Atas...** Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993